



ESTADO DO CEARÁ / PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJCE)

CONCURSO PÚBLICO

CARGO

16 TÉCNICO JUDICIÁRIO

ÁREA: JUDICIÁRIA

Aplicação: 12/10/2008

TARDE

Caderno ALFA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno — Caderno ALFA — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, e a prova de redação, acompanhada de espaço para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A amizade é como dinheiro: mais fácil de conseguir do que de manter.

- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja divergência quanto ao tipo de caderno, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Nas provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova de redação para a folha de texto definitivo.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova de redação e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova de redação poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **14/10/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **15 e 16/10/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **7/11/2008** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova de redação: Diário da Justiça do Estado do Ceará (DJCE) e Internet.
- IV **8 e 9/11/2008** – Recursos (prova de redação): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **2/12/2008** – Resultado final da prova de redação e convocação para a perícia médica dos candidatos que se declararam portadores de deficiência: DJCE e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1 – TJCE, de 31/7/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal; EFPC/CE = Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará; MP = Ministério Público; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; STF = Supremo Tribunal Federal; TJCE = Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A rigor, o quadro atual, marcado pela presença
do Poder Judiciário na arena pública, não é novo.
A novidade está em seu robustecimento, em sua profusão
4 de cores e contrastes. A constitucionalização deu ensejo
a uma atuação ampla por parte do Poder Judiciário e
particularmente de sua corte suprema, o STF. Não é
7 accidental que o STF seja levado a se pronunciar sobre
tantos assuntos e menos ainda que eles digam respeito a
tão ampla gama de temas. A Constituição de 1988
10 consagrou extenso rol de direitos, conferiu condições
que garantem *status* de poder ao Judiciário, ampliou o
número de legitimados com acesso direto ao STF.
13 Ademais, a expressiva judicialização de questões
políticas, econômicas e sociais implicou a composição
dos tribunais como arena de disputas políticas e instância
16 decisória final.

Maria Tereza Aina Sadek. *O Estado de S.Paulo*, 31/8/2008 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 Depreende-se das informações do texto que a Constituição de 1988 ampliou o espectro de atribuições do STF.
- 2 As palavras “robustecimento” (l.3) e “ensejo” (l.4) estão sendo empregadas com os sentidos de **embrutecimento** e **estímulo**, respectivamente.
- 3 Na linha 3, os pronomes “seu” e “sua” introduzem uma crítica ao atual Poder Judiciário.
- 4 Em “levado a se pronunciar” (l.7), o “se” indica que o sujeito da oração é indeterminado.
- 5 Na linha 12, o emprego de preposição em “ao STF” justifica-se pela regência de “acesso”.
- 6 O emprego do neologismo “judicialização” (l.13), criado dentro das possibilidades da língua, justifica-se por expressar a idéia de que questões políticas, econômicas e sociais tenham se tornado questões judiciais.

1 Quer agindo de forma conservadora quer de forma
progressista é inegável o papel político do Poder Judiciário.
O desempenho desse papel está fortemente condicionado pelo
4 desenho institucional do STF, mas também por características de
seus integrantes. O perfil de seus ministros faz diferença. Em
outras palavras, a despeito dos incentivos a uma atuação política
7 propiciada pelos parâmetros institucionais, traços individuais
contam. Em consequência, a atuação da corte reflete de forma
inequívoca se o grupo é mais ou menos homogêneo, do ponto de
10 vista ideológico e doutrinário; se predominam comportamentos
mais ou menos reservados, atitudes mais ou menos agressivas,
mais ou menos sensíveis a problemas sociais; enfim, importa
13 como é ocupado o espaço concedido aos atributos individuais,
tanto os positivos quanto os negativos.

Idem, ibidem.

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 7 A substituição de “Quer (...) quer” (l.1) por **Seja (...) seja** mantém a informação original e a correção gramatical do texto.
- 8 Logo após “também” (l.4), subentende-se a repetição da expressão “está fortemente condicionado” (l.3).
- 9 De acordo com o texto, a atuação do STF reflete as características e os traços individuais dos ministros que o compõem.
- 10 Se a expressão “a despeito dos” (l.6) for substituída por **apesar dos**, prejudica-se a correção gramatical do período e altera-se a informação original.
- 11 A partícula “se”, nas suas duas ocorrências (l. 9 e 10), introduz um período que expressa idéia de condição.

Os itens seguintes apresentam trechos sucessivos e adaptados de um texto de Maria Tereza Aina Sadek (*O Estado de S.Paulo*, 31/8/2008). Julgue-os quanto à correção gramatical.

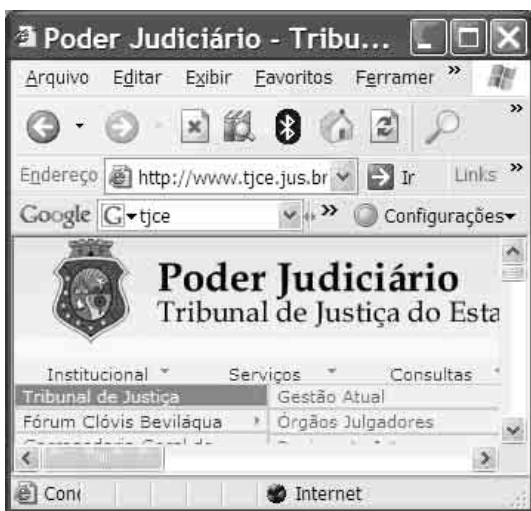
- 12 A vitalidade do STF é inquestionável. Os últimos anos testemunha seu protagonismo, decidindo ou postergando decisões, suscitando maior ou menor controvérsia.
- 13 A presença do STF é constante, como protagonista principal ou como ator pronto a entrar no palco.
- 14 O STF tem tanto disciplinado matérias, atendo-se às suas clássicas atribuições, como legislado, adentrando searas parlamentares.
- 15 Hoje, o que está em discussão não é saber se houveram mudanças no protagonismo do Poder Judiciário, mas sua amplitude.

1 Vimos informar que o plenário do Conselho
 Nacional de Justiça aprovou, por unanimidade, em
 sessão plenária — depois de ampla consulta pública e de
 4 três anos de trâmites —, o Código de Ética da
 Magistratura Nacional. Num texto sintético, o conjunto
 de regras é dividido em 42 artigos, entre os quais o que
 7 dispõe: “Os preceitos do presente Código
 complementam os deveres funcionais dos juízes que
 emanam da Constituição Federal, do Estatuto da
 10 Magistratura e das demais disposições legais”. Em
 breves capítulos, o documento trata dos princípios
 fundamentais imprescindíveis para o exercício da
 13 magistratura: independência, imparcialidade,
 transparência, integridade pessoal e profissional,
 diligência e dedicação, cortesia, prudência e sigilo
 16 profissional, dignidade, honra e decoro.

Jornal do Brasil, Editorial, 30/8/2008 (com adaptações).


Acerca do texto acima, julgue os itens a seguir.

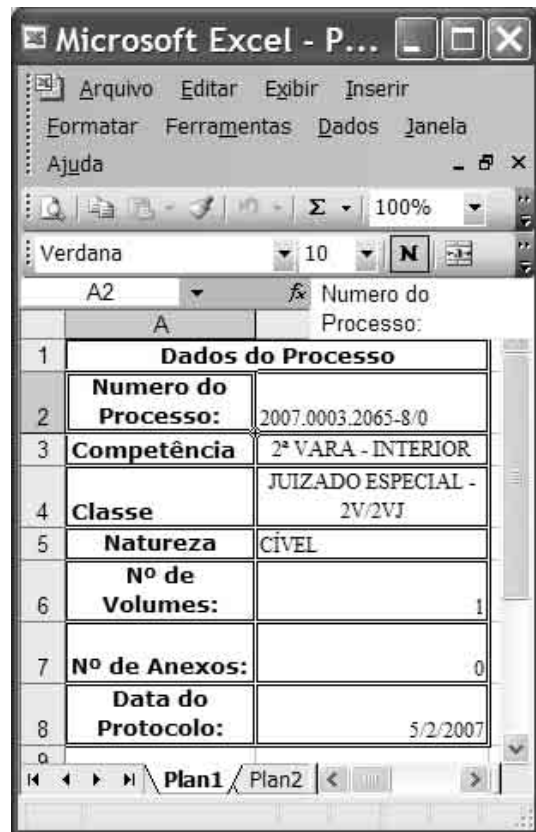
- 16 Trata-se de texto pessoal em que o autor se coloca de forma explícita, como se pode depreender do uso da forma verbal “Vimos” (l.1).
- 17 O fragmento, por seu conteúdo, sua estrutura e sua linguagem, pode fazer parte de uma correspondência oficial, como um ofício.
- 18 Estaria gramaticalmente correta a substituição de “os quais” (l.6) por **cujos**.
- 19 O emprego do sinal de dois-pontos na linha 13 justifica-se porque o fragmento subsequente é uma enumeração que amplia e explica a informação anterior.
- 20 O emprego das vírgulas nas linhas de 13 a 16 justifica-se por diferentes regras de pontuação.



Acerca da situação mostrada na figura acima e do Internet Explorer 6 (IE6), julgue os itens de 21 a 25.

- 21 Apesar de os endereços eletrônicos dos sítios na Internet serem identificados por números de 32 bits, a localização de um endereço desconhecido é fácil porque existem sítios específicos de busca.

- 22 A opção **Consultas** é um serviço disponível na página, e não, uma propriedade do IE6.
- 23 Para salvar a página a fim de se acessá-la *offline* por meio do Windows Explorer, é suficiente clicar a ferramenta .
- 24 Dados da página podem ser copiados para uma planilha do Excel, a partir da opção Copiar do *menu* **Editar**.
- 25 O *menu* **Arquivo** apresenta a opção Importar e exportar, que permite importar e exportar informações do IE6, como favoritos e *cookies*.



Considerando a figura acima, que mostra uma planilha em edição no Excel 2003, executado em microcomputador com sistema operacional Windows XP, julgue os itens subsequentes.

- 26 A célula A2 está formatada com letra Arial, de tamanho 10, em negrito.
- 27 Ao se copiar a planilha para o Word utilizando-se o recurso Copiar do *menu* **Editar**, a borda dupla nas células será perdida, pois a cópia é feita apenas com borda simples.
- 28 Ao se clicar o recurso Salvar como do *menu* **Arquivo**, serão apresentadas opções de pastas que podem ter sido criadas utilizando-se o programa Windows Explorer, que faz parte do sistema operacional Windows XP.
- 29 Caso o tamanho do arquivo da planilha seja igual a 1,5 Mb, não será possível gravá-lo em disquete.
- 30 O efeito de duas linhas das células A2, A6 e A8 pode ter sido criado, por exemplo, pressionando-se a tecla **Enter** logo após a digitação das palavras “Numero do”.

O governo descobriu que a melhor forma de tirar dementes do volante é atacar pesado o seu bolso. O ministro das Cidades enviou à Casa Civil um pacote de propostas de leis para alteração do Código de Trânsito Brasileiro. A principal mudança será a atualização das multas que ficaram congeladas. A multa para quem for flagrado dirigindo bêbado passa de R\$ 955,00 para R\$ 1.625,00. No texto proposto, há outras alterações que podem surtir efeito imediato na fiscalização das rodovias. Nas estradas onde não houver sinalização de velocidade, a máxima permitida será de 90 km/h para todos os veículos. Pretende-se também revogar a permissão, a título precário, para o transporte de pessoas em veículos de carga.

Jornal do Brasil. Informe JB, 23/9/2008, p. A4 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema por ele focalizado, julgue os itens que se seguem.

- 31 Devido à relevância e à urgência do tema, a proposta do governo federal independe do Congresso Nacional para transformar-se em lei.
- 32 A violência do trânsito brasileiro nas cidades e nas estradas tem adquirido dimensões preocupantes devido ao número de vítimas e aos prejuízos que causa.
- 33 Recentemente, as autoridades decidiram reduzir drasticamente o teor alcoólico permitido no organismo da pessoa que esteja conduzindo veículo.
- 34 Na proposta citada no texto, salienta-se a preocupação educativa de conscientizar os motoristas a não dirigem embriagados, razão pela qual serão reduzidos os efeitos financeiros para o transgressor.
- 35 O Brasil adotou e segue, há algumas décadas, um modelo de desenvolvimento que privilegia o transporte rodoviário.
- 36 Com o objetivo de diminuir o número de acidentes, o governo, segundo o texto, pretende fixar em 90 km/h o limite de velocidade máxima no conjunto das estradas brasileiras.
- 37 Especialistas apontam a inexistência de um conjunto consolidado de normas legais relativas ao trânsito como fator decisivo para a alta incidência de acidentes em vias públicas e em rodovias brasileiras.
- 38 Em geral, no mundo contemporâneo a quantidade de veículos em circulação tende a diminuir, embora os preços do petróleo estejam em queda há bastante tempo.
- 39 A crescente consciência ambiental tem estimulado a utilização de fontes renováveis de energia, consideradas ecologicamente menos agressivas.
- 40 País economicamente emergente, o Brasil já conseguiu desenvolver tecnologia necessária à obtenção de combustível substituto àqueles derivados do petróleo.

Em relação ao Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, Lei n.º 12.342/1994, julgue os itens seguintes.

- 41 Considere a seguinte situação hipotética.
Rafaela nasceu em 8 de setembro de 2008, na maternidade Santa Tereza, em Fortaleza. No dia seguinte, seu pai se dirigiu ao ofício do registro de títulos e documentos para registrá-la.
Nessa situação, o pai de Rafaela dirigiu-se ao cartório errado, pois o citado registro deve ser feito no ofício do registro civil das pessoas naturais.
- 42 Caso um indivíduo, técnico judiciário de comarca do estado do Ceará, fosse preso preventivamente e pronunciado por matar sua namorada, ele teria de ser afastado do exercício do cargo de técnico judiciário até decisão final transitada em julgado do processo.
- 43 As distribuições dos processos protocolados na comarca de Fortaleza deverão contar com a presença de representantes da OAB e do MP, em sessão secreta.
- 44 Os serviços notariais e de registro da comarca de Fortaleza são fiscalizados pela Secretaria Estadual da Fazenda e subordinados ao governador.
- 45 As custas judiciais terão de ser pagas diretamente pelas partes do processo aos técnicos judiciários lotados nas respectivas comarcas.
- 46 Titulares de ofício do Poder Judiciário do estado do Ceará só poderão pleitear permuta após dois anos de efetivo exercício.
- 47 Técnico judiciário da comarca de Fortaleza tem como atribuições principais a avaliação de bens, a realização de inventários e a lavratura de termos de penhora, bem como o cumprimento dos mandados de citação das varas cíveis e criminais.
- 48 A quebra do dever de sigilo funcional por funcionário de vara de comarca do interior do estado do Ceará poderá acarretar inclusive a demissão do servidor.
- 49 Servidores do Poder Judiciário do estado do Ceará que pretenderem cursar mestrado ou doutorado deverão, obrigatoriamente, requerer o afastamento de suas funções.
- 50 Considere a seguinte situação hipotética.
Márcio é analista judiciário da comarca de Fortaleza e pretende pedir remoção para a Secretaria de Justiça e Cidadania do estado do Ceará.
Nessa situação, não será possível o deslocamento de Márcio, uma vez que a remoção só pode ocorrer no âmbito do quadro permanente do Poder Judiciário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Para celebrar o aniversário da cidade, o prefeito de um município brasileiro determinou que fossem tomadas as providências para a contratação de um cantor consagrado pela crítica especializada e que compôs uma famosa música que enaltece a cidade. A apresentação ocorrerá durante jantar em frente à prefeitura. Em razão de sua notoriedade, o artista cobrou R\$ 200.000,00 para se apresentar durante duas horas.

Com base na situação descrita acima, julgue os itens a seguir.

- 51** A contratação do referido artista pode ocorrer por meio de dispensa de licitação, uma vez que a singularidade de sua atuação afasta a competitividade.
- 52** Para essa contratação, é necessária a instauração de processo em que o administrador justifique as razões de sua escolha.
- 53** Para a contratação do referido artista, não se exige justificativa de preço, pois não existe paradigma apto à mensuração de seu trabalho.

Em relação aos atos administrativos e aos poderes da administração, julgue os seguintes itens.

- 54** A revogação de ato administrativo ocorre por manifestação bilateral de vontade, ou seja, por vontade da administração e do administrado.
- 55** O ato administrativo simples resulta da vontade de um órgão, mas depende da verificação por parte de outro órgão para se tornar exequível.
- 56** A fiscalização de farmácias e drogarias para verificar se os medicamentos vendidos estão dentro do prazo de validade decorre do poder de polícia.

Julgue os itens que se seguem de acordo com a Lei n.º 8.112/1990 e com a interpretação dos tribunais superiores a seu respeito.

- 57** O ocupante de cargo em comissão submete-se ao regime de dedicação integral ao serviço público.
- 58** Das vagas de qualquer concurso público, 20 % delas devem sempre ser asseguradas aos portadores de necessidades especiais.
- 59** O pagamento da remuneração referente ao período de férias de servidor deve ser realizado até dois dias antes do início do respectivo período.
- 60** Caso um candidato, aprovado em concurso público, esteja realizando tratamento de saúde no exterior e, por isso, não possa comparecer ao órgão no dia marcado para a posse, ele poderá outorgar procuração pública a seu irmão com poderes tanto para tomar posse quanto para entrar para exercício.
- 61** O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 25% em relação à hora normal de trabalho.

Em relação aos atos administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 62** As razões explicitadas na motivação de um ato administrativo são determinantes na aferição da validade e da eficácia do ato em eventual exame pelo Poder Judiciário.
- 63** O ato administrativo é válido quando expedido em absoluta conformidade com as exigências do ordenamento jurídico.
- 64** O Poder Judiciário pode revogar ato administrativo por não considerar sua edição oportuna.
- 65** Um ato administrativo pode ser revogado se ofender direito líquido e certo de particular.

Quanto aos direitos e garantias individuais, julgue os próximos itens.

- 66** A inviolabilidade do domicílio do indivíduo não alcança a ocorrência de flagrante delito ou desastre.
- 67** De acordo com o texto da CF, tratado internacional que verse sobre direitos humanos, ainda que recepcionado com o *quorum* de emenda à CF, não pode a ela ser equiparado, devido à ausência de iniciativa dos legitimados para alteração constitucional.
- 68** É direito fundamental a soberania dos veredictos do júri.
- 69** Os presos, no interrogatório policial, têm direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.
- 70** Se houver concordância do réu, uma prova ilícita pode ser admitida em um processo penal.
- 71** Partido político com representação no Congresso Nacional tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo.

Acerca dos direitos políticos, julgue os seguintes itens.

- 72** Considerando que José e seu avô, João, tenham, respectivamente, 17 e 66 anos de idade, é correto afirmar que o voto será facultativo para João, por ser idoso, e também para José, por ter menos de 18 anos de idade.
- 73** A incapacidade civil absoluta é causa da perda de suspensão de direitos políticos.
- 74** Caso pretenda concorrer a cargo de vereador, um cidadão angolano não precisará obter nacionalidade brasileira, visto que Angola é país de língua portuguesa.

Em relação à organização do Estado e dos Poderes, julgue os itens a seguir.

- 75** Segundo o STF, a remuneração dos juízes de paz somente pode ser fixada por lei de iniciativa exclusiva do tribunal de justiça do estado.
- 76** Compete privativamente ao governador a iniciativa de lei estadual sobre matéria tributária.
- 77** Segundo o STF, as normas que subordinam convênios celebrados pelo Poder Executivo à aprovação da assembleia legislativa ofendem o princípio da separação dos Poderes.
- 78** Leis complementares são hierarquicamente superiores às ordinárias.
- 79** Medidas provisórias não podem dispor sobre direito eleitoral.
- 80** É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha perdido eficácia por decurso de prazo.

Quanto aos processos licitatórios, julgue os itens que se seguem.

- 81** O objetivo primordial da licitação é garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, sempre selecionando a proposta que apresente o menor preço.
- 82** O licitante deverá observar as normas e condições estabelecidas no ato convocatório, todavia à administração pública é dado direito de, discricionariamente, não observar o objeto ou as condições contidas no edital, em virtude do seu poder de império.
- 83** A sociedade de economia mista, diferentemente das empresas públicas, não é obrigada a licitar.
- 84** Em processo licitatório que objetive alienar imóvel público, conforme previsto na Lei n.º 8.666/1993, poderá ser utilizada a modalidade convite, desde que estejam todos os participantes previamente cadastrados.
- 85** O pregão é uma modalidade alternativa, para contratação de bens e serviços comuns, ao convite, à tomada de preços e à concorrência.
- 86** Atualmente, a modalidade de licitação denominada pregão é muito utilizada via Internet, caso em que todos os participantes, *online*, apresentam suas propostas dentro de um prazo de tempo predeterminado.
- 87** O pregão é aplicável a qualquer valor estimado de contratação e deve ter prioridade entre as modalidades de licitação, mas não é obrigatório.
- 88** Tipo de licitação é o critério de julgamento utilizado pela administração para seleção da proposta mais vantajosa, enquanto modalidade de licitação é procedimento e, portanto, ambos não se confundem.
- 89** Caso exista apenas um fornecedor de determinado produto ou serviço de interesse público, deve haver dispensa de licitação.
- 90** No que tange à dispensa de licitação, o rol de casos previstos na Lei n.º 8.666/1993 é taxativo e, portanto, outras situações, mesmo que similares às previstas, não ensejam a dispensa.

Acerca do EFPC/CE, julgue os itens de **91** a **100**.

- 91** O EFPC/CE aplica-se aos servidores estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos funcionários de autarquias e aos membros do tribunal de contas e do MP estadual.
- 92** Uma autarquia ou órgão autônomo pode realizar concurso público para provimento de cargos vagos por iniciativa própria.
- 93** A realização de concursos para provimento dos cargos da administração direta do Poder Executivo compete ao órgão central do sistema de pessoal, sendo possível a delegação dessa atribuição a outros órgãos setoriais.
- 94** É responsabilidade da autoridade que der posse ao servidor verificar se foram satisfeitas as condições legais para a posse.

- 95** Considere que José, aprovado e classificado em concurso público para cargo regido pelo EFPC/CE, se encontre no Rio de Janeiro, a passeio, e que pretenda tomar posse por intermédio de procurador. Nesse caso, à luz do previsto no referido estatuto, José não poderá tomar posse, haja vista que posse por procuração é possível apenas em casos de doença, comprovada em relatório médico, ou em casos especiais, a critério da autoridade competente.
- 96** O pedido de servidor público estável que solicite licença para acompanhar seu cônjuge é passível de ser atendido, mas o afastamento não pode ser superior a quatro anos.
- 97** De acordo com o EFPC/CE, há a possibilidade de que o período de convocação para o serviço militar, o período de atuação no júri e o tempo que o funcionário tenha passado preso sejam computados como efetivo serviço.
- 98** De acordo com o EFPC/CE, são competentes para aplicar sanções disciplinares os chefes dos Poderes Legislativo e Executivo, em qualquer caso e, privativamente, nos casos de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade, salvo se se tratar de punição de funcionário autárquico.
- 99** A insubordinação grave em serviço enseja a suspensão do funcionário.
- 100** A comprovada desídia funcional acarreta obrigatoriamente a demissão do servidor.

Quanto a procedimentos administrativos, julgue os itens de **101** a **110**.

- 101** O procedimento administrativo que visa dar maior amplitude de controle a seus gestores tende a produzir estruturas organizacionais mais baixas e achatadas.
- 102** Uma estratégia adequada para estimular a criatividade dos níveis hierárquicos mais baixos é a descentralização do controle e do acompanhamento dos procedimentos administrativos vinculados aos níveis superiores.
- 103** Em virtude de estar formatado a partir das necessidades da estrutura organizacional em vigor, o procedimento administrativo não considera as necessidades dos clientes.
- 104** Uma boa gestão organizacional independe do perfeito e contínuo alinhamento da estratégia com a estrutura e com os procedimentos administrativos.
- 105** O procedimento administrativo, conforme sua especificidade, pode ser controlado *a priori* ou *a posteriori*, mesmo durante sua execução.
- 106** A padronização de um procedimento busca garantir a manutenção do desempenho institucional em vários momentos, independentemente da pessoa que desenvolva aquela atividade.

- 107** Um procedimento administrativo é uma forma de plano no nível operacional.
- 108** Em um órgão público, um procedimento administrativo não se atém aos aspectos da gestão, dos recursos e das pessoas envolvidas na sua realização, restringindo-se às dimensões legais do processo que está envolvido.
- 109** O procedimento administrativo é restrito a um departamento ou setor da organização, estando vinculado exclusivamente a determinado colaborador.
- 110** Um procedimento administrativo voltado para o atendimento ao público é eficiente quando entrega o produto ou serviço de acordo com as características físicas qualificadoras previstas.

A respeito de administração financeira, de recursos humanos e de material, julgue os itens de **111** a **120**.

- 111** O gestor público que se preocupa com os métodos de trabalho das pessoas adota o estilo de liderança centrado nas pessoas.
- 112** O gestor público que focaliza a produtividade e a qualidade das atividades das pessoas adota um estilo de liderança centrado nas tarefas.
- 113** A gestão de desempenho é responsabilidade do chefe do avaliado, podendo ser este chefe assessorado, para fins técnicos, pela área de recursos humanos.

- 114** As modernas teorias e técnicas de gestão de recursos humanos defendem o aumento da remuneração como única forma eficaz de se garantir a motivação dos colaboradores.
- 115** Uma organização que archive ofícios que deverão ser utilizados e resgatados com maior frequência, em função da recentidade com que tenham sido arquivados, deverá utilizar o método UEPS.
- 116** A armazenagem de produtos de limpeza que possuam prazo de validade para sua utilização deve ser pautada pelo método PEPS.
- 117** O método KABAN popularizou o controle de estoques por meio de um sistema de fichas coloridas que indicam o nível mínimo aceitável do material, antes que seja realizada uma nova aquisição ou transferência.
- 118** Quando o bem é extraviado do patrimônio, ocorre a depreciação contábil de um ativo.
- 119** A administração financeira envolve o gerenciamento dos desperdícios, que são os gastos ocorridos nos processos produtivos ou fora deles e que possam ser eliminados mesmo com prejuízo da qualidade ou quantidade de bens, serviços ou receitas gerados.
- 120** Na administração financeira, os gastos ocorridos no retrabalho decorrente de problemas no gerenciamento das atividades se caracterizam como uma forma de perda.

PROVA DE REDAÇÃO

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DE REDAÇÃO**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

O Supremo Tribunal Federal decidiu que o nepotismo está proibido nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A contratação de parentes continua permitida para ministros e secretários estaduais e municipais.

Jornal do Brasil, 21/8/2008, capa.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

JUSTIÇA E DEMOCRACIA: IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes pontos:

- ▶ nepotismo, hoje combatido no Brasil, como uma prática antiga;
- ▶ moderno conceito de democracia, que pressupõe a não-aceitação de privilégios ilegais;
- ▶ papel do Poder Judiciário na defesa da ordem constitucional democrática.

Prova de Redação – Rascunho

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |